



# ANACONDA INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE CEREJAS S.A.

CNPJ/MF nº 06.728.029/0001-16 – Companhia Fechada

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2022

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6.1	47.295	36.448	Arrendamento mercantil	13	326	710
Aplicações financeiras	6.2	201.486	84.830	Fornecedores	14	26.695	14.247
Contas a receber de clientes	7	93.032	62.459	Salários e encargos sociais	15	6.746	6.424
Estoques	8	150.641	190.859	Impostos a recolher	16	1.718	1.123
Impostos a recuperar	9	18.222	16.211	Dividendos e JSCP a pagar	19	10.418	10.671
Adiantamentos a fornecedores	5	12.702	12.705	Reservas de lucros	17	12.708	13.039
Demais contas a receber	1	1.518	1.284	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>48.342</b>	<b>35.235</b>
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>517.326</b>	<b>404.796</b>	<b>Não Circulante</b>			
<b>Não Circulante</b>				Arrendamento mercantil	13	–	298
Realizável a Longo Prazo				Provisão para riscos	18	271	1.507
Impostos a recuperar	9	42.488	43.261	Tributos diferidos	24	7.947	7.803
Depósitos judiciais	18	2.137	2.231	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>8.218</b>	<b>9.608</b>
Propriedade para investimentos	10	3.664	4.175	<b>Total do passivo</b>		<b>56.561</b>	<b>44.843</b>
Ativo Intangível	12	98.979	97.789	<b>Capital Social</b>	19	168.943	168.943
Intangível	12	650	869	Reservas de lucros		439.613	340.320
Ativos de direito de uso	13	321	1.009	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>608.556</b>	<b>509.263</b>
<b>Total do Realizável a Longo Prazo</b>		<b>147.790</b>	<b>149.310</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>665.116</b>	<b>554.106</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>665.116</b>	<b>554.106</b>				

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1. Informações Gerais

A Anaconda Industrial e Agrícola de Cerejas S.A. (ou "Companhia") foi constituída em 27 de novembro de 1951, com sede na cidade de São Paulo, sendo suas acionistas pessoas físicas e jurídicas. A Companhia tem por objeto social: (i) a industrialização e comercialização de farinhas em geral e misturas prontas, bem como os seus derivados, tais como gérmen de trigo e farelo de trigo; (ii) a fabricação e comercialização de produtos alimentícios em geral para consumo humano; (iii) a industrialização e o comércio de produtos destinados à alimentação animal; e (iv) importação dos produtos que se relacionem com seu objeto social. A Companhia opera com duas fábricas industriais localizadas em São Paulo, estado de São Paulo e Curitiba, estado do Paraná as quais estão interligadas com suas cinco filiais. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 17 de março de 2023.

#### 2. Resumo das Principais Práticas Contábeis

• Novos CPCs, revisões dos CPCs e interpretações ICPC (Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) em vigor no exercício corrente; • Os pronunciamentos contábeis abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

A Companhia entende que as alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) – Combinação de Negócios não impactam suas demonstrações financeiras. As alterações atualizam a IFRS 3 (CPC 15 (R1)) de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37 (CPC 25) Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, o comprador adote a IAS 37 (CPC 25) para determinar se o passivo ou o ativo é reconhecido na data de aquisição em virtude de uma obrigação em potencial. Se não for reconhecido, o comprador adota a IFRIC 21 (ICPC 21) – Tributos, o comprador adota a IFRIC 21 (ICPC 21) para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição.

A Companhia adotou as alterações à IAS 16 (CPC 27) – Imobilizado pela primeira vez no exercício corrente. As alterações permitem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Conseqüentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado. A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 2 – Estoques (CPC 16). As alterações esclarecem ainda o significado de "testar se um ativo está funcionando adequadamente". Atualmente, a IAS 16 (CPC 27) determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para algum propósito operacional, ou para fins administrativos. Se não for reconhecido separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclua(m) esses recursos e custos.

A Companhia não adotou as alterações à IAS 37/CPC 25, pois não possui nenhum contrato oneroso. As alterações especificam que o "custo de cumprimento" do contrato compreende os "custos diretamente relacionados ao contrato". Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).

A Companhia não adotou as alterações incluídas nas Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS 2018-2020, visto que tais normas não impactam as demonstrações financeiras da entidade. As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas: IFRS 1 (CPC 17) – Apresentação das Demonstrações Financeiras; IFRS 8 (CPC 18) – Segmentos de Relatório; IFRS 16 (CPC 26) – Arrendamentos; e IFRS 13 (CPC 28) – Mensuração do Valor Justo para o que os fluxos de caixa e taxas de desconto sejam internamente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada.

2.1. CPCs novos e revisados emitidos e ainda não aplicáveis. Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou aos CPCs novos e revisados a seguir, já emitidos e ainda não aplicáveis:

CPC 50 (IFRS 17)	Contratos de Seguros
CPC 36 (R3) (IFRS 10) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) (IAS 28 alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.
CPC 26 (R1) (Alterações à IAS 1)	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
CPC 26 (R1) (Alterações à IAS 1 e IFRS – Declaração da Prática)	Divulgação de Políticas Contábeis
CPC 23 (Alterações à IAS 8)	Definição de Estimativas Contábeis
CPC 32 (Alterações à IAS 12)	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros. 2.2. Base de preparação. As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os instrumentos de pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração é o valor justo nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do CPC 06 (R2) – Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor em uso no CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração. O processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3, que correspondem à perda de crédito esperada, receita de contratos de clientes, instrumentos financeiros e provisão para contingências. 2.3. Conversão de moeda estrangeira: a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal emissor econômico no qual a Companhia opera ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia, e, também, a sua moeda de apresentação. b) Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, quando os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, no resultado financeiro em variação cambial líquida. As principais transações em moeda estrangeira da Companhia correspondem às contas a pagar de fornecedores relacionados às importações de trigo e de máquinas e equipamentos. 2.4. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e outros investimentos de curto e longo prazo de alta liquidez, resgatáveis a qualquer momento e com um risco insignificante de mudança de valor. 2.5. Instrumentos financeiros: 2.5.1. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, exceto pelas contas a receber que não possuem componente de financiamento significativo e que são mensuradas ao preço da transação. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. a) Ativos financeiros: Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. i) Classificação de ativos financeiros: Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingir o fluxo de caixa de caixa contratuais e vender os ativos financeiros. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. ii) Custo amortizado e métodos da taxa de juros efetiva: O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou dedu-

### DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Legal	Incentivos Fiscais	Reservas de Lucros	Lucros acumulados	Lucros Total
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>168.943</b>	<b>33.789</b>	<b>173.752</b>	<b>80.385</b>	<b>456.866</b>	<b>120.009</b>
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	120.009	120.009
Transações com acionistas:	–	–	–	–	–	–
Juros sobre o capital próprio – R\$0,417 por ação (nota 19)	–	–	–	–	(21.126)	(21.126)
Dividendos adicionais propostos (nota 19)	–	–	–	(45.818)	–	(45.818)
	–	–	–	(45.818)	(21.126)	(66.944)
Destinações:	–	–	–	–	–	–
Dividendos propostos – R\$0,13 por ação	–	–	–	–	(671)	(671)
Reservas incentivos fiscais	–	–	86.436	–	(86.436)	–
Reservas de lucros	–	–	–	11.776	–	11.776
<b>Total das destinações</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>86.436</b>	<b>11.776</b>	<b>(98.854)</b>	<b>(671)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>168.943</b>	<b>33.789</b>	<b>260.189</b>	<b>46.343</b>	<b>509.625</b>	<b>178.920</b>
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	178.920	178.920
Transações com acionistas:	–	–	–	–	–	–
Juros sobre o capital próprio – R\$0,636 por ação (nota 19)	–	–	–	–	(32.185)	(32.185)
Dividendos adicionais propostos (nota 19)	–	–	–	(45.972)	–	(45.972)
	–	–	–	(45.972)	(32.185)	(78.157)
Destinações:	–	–	–	–	–	–
Dividendos propostos – R\$0,29 por ação	–	–	–	–	(1.470)	(1.470)
Reservas incentivos fiscais	–	–	105.410	–	(105.410)	–
Retenção de lucros	–	–	–	39.854	–	39.854
<b>Total das destinações</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>105.410</b>	<b>39.854</b>	<b>(146.734)</b>	<b>(1.470)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>168.943</b>	<b>33.789</b>	<b>365.599</b>	<b>40.225</b>	<b>608.556</b>	<b>608.556</b>

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2022	2021
Receita líquida de vendas	20	1.130.941	835.323
Custo dos produtos vendidos	21	(886.099)	(653.718)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>244.842</b>	<b>181.605</b>	
<b>Recargas (Despesas) Operacionais</b>			
Despesas com vendas	21	(39.511)	(34.875)
Despesas administrativas	21	(28.665)	(27.513)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	(67.226)	(59.914)
<b>Lucro Operacional antes das Recargas e (Despesas) Financeiras, Líquidas</b>	<b>177.616</b>	<b>121.692</b>	
Receitas financeiras	23	29.216	10.532
Despesas financeiras	23	(2.250)	(2.596)
		26.966	7.936
<b>Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>204.582</b>	<b>129.628</b>	
Corrente	24	(25.519)	(8.912)
Diferido	24	(143)	(707)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>26.662</b>	<b>(9.619)</b>	
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>178.920</b>	<b>120.009</b>	
<b>Lucro por Ação – R\$</b>	<b>3.542</b>	<b>2.3705</b>	

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>178.920</b>	<b>120.009</b>
Outros Resultados Abrangentes	–	–
<b>Resultado Abrangente Total do Exercício</b>	<b>178.920</b>	<b>120.009</b>

(\*) De acordo com o prazo de locação do imóvel. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. 2.11. Ativos Intangíveis: a) Softwares: As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares até que o custo seja zero. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso. • A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo. • O software pode ser vendido ou usado. • Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros. • Estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software. • O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de licenciamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos. 2.12. Impairment de ativos não financeiros: Os ativos são revisados para a existência de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment" na data do balanço. 2.13. Contas a pagar aos fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são substancialmente representadas por obrigações a pagar por compra de trigo e de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 1 ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. 2.14. Provisões para riscos: As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, sendo constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada risco e apoiada na opinião dos advogados da Companhia. 2.15. Imposto de renda e contribuição social diferido: As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente e diferido e são reconhecidos na demonstração do resultado. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são calculados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferido são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social, diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível relacionado de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes. 2.16. Benefícios a funcionários: O reconhecimento da participação dos funcionários nos lucros é efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia. As participações nos resultados estabelecidos previamente e registrados do e devido apontamento no sindicato da categoria. 2.17. Capital social: As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. A Companhia possui ações preferenciais que não dão direito a voto, mas desfrutam de vantagens como a prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da sociedade e participam em igualdade de condições com as ações ordinárias em quaisquer outras vantagens. 2.18. Reconhecimento da receita: (i) Vendas de produtos: As receitas de venda da Companhia advêm principalmente da industrialização e venda de farinhas em geral e misturas prontas, bem como os seus derivados, tais como, gérmen de trigo e farelo de trigo, destinados em geral para o consumo humano e para alimentação animal. Para essas vendas, consideradas sem obrigação subsequente de desempenho, as receitas são reconhecidas no momento em que o controle do ativo é transferido para os clientes, que ocorre principalmente na transferência do controle do produto ao cliente, cujo momento é o local de destino definido pelo cliente. Ainda assim, outras transações da Companhia sujeitas à avaliação segundo o CPC 47 estão representadas por contraprestações variáveis associadas aos acordos comerciais onde mercadorias podem ser comercializadas com direito de devolução. (ii) Devoluções e cancelamentos: Para contratos que permitam devolução de um item, de acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida na extensão em que seja provável que uma reversão significativa não ocorrerá. O valor da receita reconhecida é contabilizado líquido das devoluções e cancelamentos esperados. (iii) Descontos comerciais e negociações comerciais na venda de mercadorias: O modelo atual de descontos é reconhecido no momento da emissão da nota fiscal e as tratativas pontuais são classificadas como descontos financeiros. A contraprestação variável da Companhia está substancialmente limitada por acordos comerciais onde os produtos são comercializados com descontos os quais são, substancialmente, nego-

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2022	2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		204.582	129.628
Ajustes:			
Depreciação e amortização (Impairment – Propriedade para investimentos)		8.417	8.970
Valor residual do ativo imobilizado baixado		(190)	2.324
Juros sobre arrendamento mercantil	13	43	83
Atualização dos créditos fiscais		(2.962)	(1.980)
Constituição (reversão) de provisão de perdas esperadas para créditos de realização duvidosa	7	(462)	454
Constituição (reversão) de provisão para riscos	18	(897)	967
Constituição (reversão) de provisão para perdas de materiais obsoletos		1.045	–
		209.674	138.356
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>			
Contas a receber de clientes		(30.111)	(12.175)
Estoques		39.173	(89.859)
Impostos a recuperar		1.724	(10.425)
Adiantamentos a fornecedores		7.573	(12.705)
Depósitos judiciais		94	(425)
Demais contas a receber		(24)	76
Fornecedores		12.448	4.226
Salários e encargos sociais		322	(288)
Impostos a recolher		595	194
Demais contas a pagar e outras provisões		231	173
Caixa proveniente das atividades operacionais		241.489	17.147



# ANACONDA INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE CEREIS S.A.

CNPJ/MF nº 06.728.029/0001-16 – Companhia Fechada

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 7. Contas a Receber de Clientes

	2022	2021
Clientes nacionais	94.856	63.712
Provisão para créditos liquidação duvidosa	(1.122)	(660)
Redução Clientes Desc. Contratuais	(702)	(593)
	<u>93.032</u>	<u>62.459</u>

Em 31 de dezembro de 2022, do saldo das contas a receber de clientes vencidos, a Companhia adotou com base em históricos anteriores, critérios para provisionamento de seus clientes inadimplentes no valor de R\$ 1.122 (2021 – R\$ 660). Referem-se a uma série de clientes de pequeno porte para os quais e, quando aplicável, já foram iniciadas as cobranças judiciais. A análise de vencimento dessas contas a receber está apresentada a seguir: **Contas a receber de clientes por idade**

	2022	2021
<b>A vencer</b>		
De 01 a 30 dias	84.222	51.628
De 31 a 60 dias	7.031	5.212
De 61 a 90 dias	-	10
Total a vencer	<u>91.253</u>	<u>56.850</u>
<b>Vencidos</b>		
De 01 a 30 dias	2.812	6.048
De 31 a 60 dias	10	169
De 61 a 90 dias	110	10
De 91 a 120 dias	52	12
De 121 a 180 dias	24	52
De 181 a 360 dias	562	420
Acima de 360 dias	3	151
Total vencidos	<u>3.603</u>	<u>6.862</u>
Contas a receber de clientes	<u>94.856</u>	<u>63.712</u>

As movimentações na provisão para perdas estimadas do contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	660	206
Adições (reversões por recebimento)	1.091	650
Baixa com incobráveis	(629)	(196)
Em 31 de dezembro	<u>1.122</u>	<u>660</u>

## 8. Estoques

	2022	2021
Produto acabados	13.128	13.079
Produtos em elaboração	3.197	4.345
Matérias-primas e suprimentos	129.788	167.165
Insunhos de produção e embalagens	3.943	4.704
Almoarifado	1.630	1.566
(-) Materiais obsoletos	(1.045)	-
	<u>150.641</u>	<u>190.859</u>

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo dos produtos vendidos" totalizou R\$ 886.099 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (2021 – R\$ 653.718).

## 9. Impostos a Recuperar

	2022		2021	
	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante
ICMS a recuperar (aquis. imobilizado) (i)	130	110	222	129
PIS e COFINS (ii)	13.550	21.595	10.457	15.226
Imposto de renda e contribuição social (iii)	1.462	20.783	1.157	27.906
Outros impostos a recuperar (iv)	3.080	-	4.375	-
Total dos impostos a recuperar	<u>18.222</u>	<u>42.488</u>	<u>16.211</u>	<u>43.261</u>

## 11. Imobilizado

	Terrenos	Edificações e Instalações	Máquinas equipamentos	Outros (i)	Total em operação	Obras em andamento (ii)	Imobilizado total
Saldos em 01 de janeiro de 2021	14.889	18.302	62.074	2.160	97.425	-	97.425
Aquisições	4.510	557	1.566	1.057	7.690	6	7.696
Transferências	-	(1)	(94)	-	(95)	95	-
Valor residual dos bens baixados	-	(2)	(99)	(27)	(128)	(102)	(230)
Depreciação	-	(1.244)	(5.091)	(792)	(7.127)	-	(7.127)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	19.399	17.612	58.356	2.398	97.765	-	97.765
Custo total	19.399	38.538	142.891	10.336	211.164	-	211.164
Depreciação acumulada	-	(20.926)	(84.535)	(7.938)	(113.399)	-	(113.399)
Valor residual	19.399	17.612	58.356	2.398	97.765	-	97.765
Saldos em 01 de janeiro de 2022	19.399	17.612	58.356	2.398	97.765	-	97.765
Aquisições	1.471	618	1.821	507	4.417	3.704	8.121
Valor residual dos bens baixados	-	(3)	(44)	(76)	(123)	-	(123)
Depreciação	-	(1.208)	(5.222)	(803)	(7.233)	-	(7.233)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	20.870	17.019	54.911	2.026	94.826	3.704	98.530
Custo total	20.870	39.153	144.668	10.767	215.458	3.704	219.162
Depreciação acumulada	-	(22.134)	(89.757)	(8.741)	(120.632)	-	(120.631)
Valor residual	20.870	17.019	54.911	2.026	94.826	3.704	98.530

(i) O saldo de "Outros" inclui equipamentos de informática, móveis e utensílios e veículos, cujos valores residuais em 31 de dezembro de 2022 correspondem a R\$ 634, R\$ 345 e R\$ 1.048, respectivamente (2021 – R\$ 712, a R\$ 454 e R\$ 1.231, respectivamente). (ii) Bens em construção relacionados nas reformas e instalações de máquinas nas linhas de produção nos moinhos de Curitiba e São Paulo, com conclusão prevista para o ano de 2023.

## 12. Intangíveis

	Softwares (i)	Marcas e Patentes	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2021	815	53	868
Aquisições (i)	386	-	386
Amortização	(385)	-	(385)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	816	53	869
Custo total	8.065	53	8.118
Amortização acumulada	(7.249)	-	(7.249)
Valor residual	816	53	869
Saldos em 01 de janeiro de 2022	816	53	869
Aquisições (i)	81	-	81
Amortização	(300)	-	(300)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	597	53	650
Custo total	8.146	53	8.199
Amortização acumulada	(7.549)	-	(7.549)
Valor residual	597	53	650

(i) Os saldos correspondem, substancialmente, a softwares adquiridos para a administração fiscal e comercial.

## 13. Arrendamento Mercantil

A Companhia arrenda cinco ativos de edificações para operações de seus negócios na estratégia de distribuição de seus produtos, interligadas às duas fábricas industriais localizadas nas cidades de São Paulo, estado de São Paulo e Curitiba, estado do Paraná. O prazo médio dos arrendamentos é de 5 anos. Os valores dos arrendamentos, resultaram em adições aos ativos de direito de uso, passivos de arrendamentos e juros sobre os arrendamentos, e são representados por:

	2022	2021
<b>a) Ativos de direito de uso</b>		
Custo total em 31 de dezembro de 2021	4.544	-
Depreciação acumulada em 31 de dezembro de 2021	(3.535)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.009	-
Encerramento contrato no exercício	-	-
Reajuste de aluguel no exercício	65	-
Amortização e depreciação	(753)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	321	-
Custo total	4.609	-
Amortização e depreciação acumulada	(4.288)	-
Valor residual	321	-
<b>b) Passivos de arrendamentos</b>		
Valores a pagar de arrendamentos	2022	2021
Em até 1 ano	326	-
De 2 a 3 anos	-	-
Total dos passivos a pagar	<u>326</u>	<u>-</u>
<b>c) Juros a apropriar</b>		
	2022	2021

Valores devidos para liquidação em: 12 meses – curto prazo – passivo circulante 6; Valores devidos para liquidação após: 12 meses – longo prazo – passivo não circulante -

(i) Referem-se aos créditos fiscais de ICMS originados pelas aquisições de imobilizado destinado aos moinhos da unidade de Curitiba, estado do Paraná e unidade de São Paulo, estado de São Paulo. (ii) Trata-se de créditos apropriados por aquisições de ativo imobilizado, matéria prima, embalagens e demais insunhos aplicados no processo de industrialização, a serem recuperados nos exercícios seguintes. O montante de R\$ 13.550 (2021 – R\$ 10.547) registrados no ativo circulante, referem-se a partes de créditos fiscais de PIS e COFINS provenientes da aquisição de matéria prima, especialmente trigo, e serviços que foram acumulados no exercício de 2021 e 2022, para os quais há expectativa de realização em futuro previsível. O montante de R\$ 15.887 em 2022 (2021 – R\$ 9.518) registrados no ativo não circulante, referem-se a partes de créditos fiscais de PIS e COFINS provenientes da aquisição de matéria prima, especialmente trigo, e serviços que foram acumulados no exercício de 2021 e de 2022 e o montante de R\$ 5.708 em 2022 (2021 – R\$ 5.708) referem-se a créditos que estão em análise pela Receita Federal no trâmite do processo de pedido de ressarcimento e estão em fase de processo administrativo. (iii) Referem-se a crédito registrado no curto prazo de saldo do imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras não utilizadas no exercício. Referem-se a créditos registrados no longo prazo do imposto de renda e contribuição social recolhidos a maior nos exercícios de 2018 e 2019. Os créditos de 2020 e parte dos créditos solicitados de 2018 e 2019 foram recebidos. Os créditos remanescentes estão em análise pela Receita Federal no trâmite do processo de pedido de restituição. (iv) Referem-se aos créditos fiscais de ICMS nos meses de novembro e dezembro originados pelas aquisições de matéria prima nacional (trigo) no estado do Rio Grande do Sul, destinados ao moinho de Curitiba, estado do Paraná.

## 10. Propriedades para investimento

O valor de custo destes ativos é representado por:

	2022	2021
Edificações – Galpões-SP (i)	7.278	-
Terrenos e Edificações-PR (ii)	3.098	(2.098)
	<u>10.376</u>	<u>(4.614)</u>
		<u>5.762</u>
		<u>1.086</u>
		<u>4.175</u>

As propriedades para investimento da Companhia são as seguintes: (i) Galpões localizados no próprio terreno do moinho de São Paulo, os quais são alugados para terceiros. O valor da receita de aluguéis de 2022 e de 2021 está detalhado na nota explicativa nº 22. (ii) Imóvel localizado nas proximidades do moinho de Curitiba, sito Rua Engenheiro Leão Sousa, 273/277/281, Jardim Botânico, Curitiba – Paraná. Atualmente, o imóvel encontra-se ocupado com contrato de comodato. Conforme facultado pelo CPC 28, a Companhia mensura suas propriedades para investimento ao custo histórico deduzido da depreciação acumulada. Adicionalmente, para fins exclusivos de divulgação em notas explicativas, o valor justo foi determinado em transações observáveis no mercado devido à natureza do imóvel e à existência de dados comparáveis. Em maio de 2022 foi realizado como referência laudo de avaliação de ativo elaborado por especialista independente e, na avaliação do valor justo da propriedade de São Paulo resultou no montante de R\$ 37.800. Em maio de 2022 foi realizado como referência laudo de avaliação de ativo elaborado por especialista independente e, na avaliação do valor justo da propriedade de Curitiba resultou na redução do valor recuperável do ativo registrado no montante de R\$ 190. A propriedade foi avaliada no montante de R\$ 1.000.

	2022	2021
Trabalhista	2.441	3.012
Tributária	20.313	20.272
Cível	45	6
	<u>22.799</u>	<u>23.290</u>

**d) Movimentação do passivo de arrendamento**

	2022	2021
Em 31 de dezembro de 2021	1.009	-
Ajuste por renovação	69	-
Juros do período	38	-
Contraprestação paga	(790)	-
Em 31 de dezembro de 2022	<u>326</u>	<u>-</u>

**e) Outras informações:** A taxa de inflação e de risco utilizada pela Companhia na mensuração da taxa incremental permanece em 4,25% e 0,9% respectivamente. A Companhia não aderiu a novos contratos de arrendamento, possuem pagamentos fixos e não ocorreram descontos em contraprestações no ano.

## 14. Fornecedores

	2022	2021
Fornecedores de trigo nacional e estrangeiro	13.992	5.732
Fornecedores de materiais e serviços	12.703	8.515
	<u>26.695</u>	<u>14.247</u>

## 15. Salários e Encargos Sociais

	2022	2021
Férias e encargos	4.587	4.293
Salários e encargos	699	674
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) a recolher	1.039	1.054
Instituto Nacional de Seguridade Social (FGTS) a recolher	351	351
Outros salários e encargos a pagar	70	52
	<u>6.746</u>	<u>6.424</u>

## 16. Impostos a Recolher

	2022	2021
ICMS a recolher	258	125
Imposto de renda retido a recolher	1.381	848
Outros impostos a recolher	79	150
	<u>1.718</u>	<u>1.123</u>

## 17. Partes Relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da Administração: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou o montante de R\$ 4.410 (2021 – R\$ 4.966) relativo à remuneração do pessoal-chave da Administração.

## 18. Provisão para Reservas

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia apresentava os seguintes passivos relacionados aos riscos trabalhistas, previdenciárias e tributárias:

	2022	2021
Depósitos judiciais para riscos corrigido	134	241
Depósitos judiciais para riscos	2.003	1.859
	<u>2.137</u>	<u>2.271</u>
Depósitos judiciais para riscos corrigido	271	2.231
Depósitos judiciais para riscos	2.231	1.507
	<u>2.502</u>	<u>3.738</u>

(i) **Trabalhistas:** A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera

administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração e amparada por seus assessores legais externos. A natureza das obrigações se refere substancialmente a riscos trabalhistas e previdenciárias decorrentes de reclamações de empregados. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da provisão para contingências trabalhistas no montante de R\$ 241 (2021 – R\$ 1.468), foi considerado como suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões desfavoráveis na conclusão desses processos. Parte dos processos foi avaliada pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, não sendo provisionados tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Os depósitos judiciais são atualizados no tempo e a apresentação líquida em 2022 no valor R\$ 2.137 (2021 – R\$ 2.231). (ii) **Tributários:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui nenhum processo avaliado como perda provável, o montante dos processos tributários reclamados pela Secretaria da Receita Federal em São Paulo, que de acordo com a Administração e assessores jurídicos, foram avaliados com riscos de perda possível e remota, em razão da opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída provisão, desconsiderando o desdobramento estimado pela Companhia. **a) Movimentação da provisão para riscos** A movimentação da provisão nos exercícios de 2022 e de 2021 está demonstrada a seguir:

	Tribalhistas	Tributários e Outros	Total
Em 31º de dezembro 2021	591	24	615
Adições	1.790	39	1.829
Pagamentos	(58)	(17)	(75)
Reversões	(855)	(7)	(862)
Transferência depósito judicial	-	-	-
Em 31º de dezembro 2022	<u>1.468</u>	<u>39</u>	<u>1.507</u>
Adições	258	29	287
Pagamentos	(318)	(21)	(339)
Reversões	(1.167)	(17)	(1.184)
Em 31º de dezembro 2022	<u>241</u>	<u>30</u>	<u>271</u>

**b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço:** A Companhia possui ações de naturezas tributárias no valor de R\$ 20.313 (2021 – R\$ 20.272), substancialmente representado por auto de infração relacionados com a não homologação do Pedido Eletrônico de Ressarcimento ou Restituição. As ações de naturezas trabalhistas cíveis no valor de R\$ 2.441 e R\$ 45 respectivamente (2021 – R\$ 3.012 e R\$ 6), envolvem riscos de perda classificadas pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. Os valores de perda possível por natureza estão apresentados a seguir:

	2022	2021
Trabalhista	2.441	3.012
Tributária	20.313	20.272
Cível	45	6
	<u>22.799</u>	<u>23.290</u>

A Administração em conjunto com a assessoria de seus advogados externos não espera a ocorrência de qualquer provisão relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados.

## 19. Patrimônio Líquido

**a) Capital social:** O capital social, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 no valor de R\$ 168.943, é representado por 25.312.760 ações ordinárias e por 25.312.760 ações preferenciais, sem valor nominal. A Companhia possui ações preferenciais que não dão direito a voto, mas desfrutam de vantagens como a prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da sociedade e participam em igualdade de condições com as ações ordinárias em quaisquer outras vantagens. **b) Reservas de lucros:** (i) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. O saldo de reservas legais já atingiu o percentual de 20% do capital social, razão pela qual não houve novas constituições em 2022 e 2021. (ii) **Reserva de retenção de lucros:** Reserva constituída com base nos lucros auferidos em exercícios anteriores e não distribuídos aos acionistas, cuja destinação será decidida pelos próprios acionistas em Assembleia Geral. (iii) **Reserva de incentivos fiscais:** Refere-se à reserva para benefícios fiscais obtidos pela Companhia nos estados em que atua. Em 2022 e 2021, foram registrados no resultado dos exercícios os montantes de R\$ 105.410 e R\$ 86.436, respectivamente, a título de incentivos fiscais obtidos. A Companhia constitui em 2022 a reserva para incentivos fiscais referentes aos benefícios obtidos no período, cuja destinação será decidida pelos próprios acionistas em Assembleia Geral. **c) Juros sobre o capital próprio e distribuição de lucros:** Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Administração da Companhia aprovou, em atas de reunião do Conselho de Administração, realizadas durante o exercício, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP). Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 32.185 (2021 – R\$ 21.126), foi contabilizado como despesa financeira. Para fins contábeis o valor impactou o patrimônio líquido. **d) Dividendos:** (i) **Dividendos obrigatórios:** Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 2% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº